



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

16ª VARA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, competência em matéria cível.

Juiz Federal Titular: Dr. WILNEY MAGNO DE AZEVEDO SILVA

Juiz Federal Substituto: não há.

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 25 a 29 de julho de 2016, a correição ordinária eletrônica da 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório.

1. Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório.
2. Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido.
3. Verificar os processos remetidos a órgãos externos com prazo vencido, observando-se o elevado número de processos nesta situação, nos quais o movimento de remessa não teve a devida baixa/devolução cadastrada no Apolo, como apontado no item respectivo deste relatório;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

4. Verificar os processos suspensos, nos quais não tenha sido localizada a ordem judicial respectiva, ou ainda, cujo motivo para suspensão já tenha cessado ou tenha sido cadastrado equivocadamente.
5. Verificar os processos sob sigilo/segredo de Justiça, nos quais não foi localizada a respectiva ordem judicial;

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

→ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Conforme o Ofício n.8816/2016– MPF/PR/RJ/GABPC, de 17/06/2016, e Portaria PR-RJ n.º 801, a Procuradora da República, Dra. Ana Cristina Bandeira Lins, foi designada para acompanhar os trabalhos de Correição Ordinária eletrônica na 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro, realizada de 25 a 29/07/2016.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.

Já a Defensoria Pública da União, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício n.º 11 - DPURJ/SECGABDPC/RJ, de 16 de fevereiro de 2016, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução n.º 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução n.º 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução n.º 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. Titular: Dr. Wilney Magno de Azevedo, em exercício desde junho de 2001.

. Substituto: não há.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 14

Total de Servidores lotados na Vara: 14

Analistas Judiciários: 05

Técnicos Judiciários: 07

Técnico Judiciário/Segurança: 01

Auxiliar Judiciário: 00

Estagiários: 04

Servidor sem vínculo com o Serviço Público: 01

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.

→ ACERVO TOTAL (artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo	Correição Julho/2014	Correição Julho/2016
Total	4.172	3.745
Suspensos	484	560
Ag. julgamento recurso	599	731



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Tramitação ajustada	3.089	2.454
----------------------------	--------------	--------------

Fonte: Relatório da Correção Ordinária eletrônica realizada em junho de 2014 e Relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativo ao mês de julho de 2016, extraído em 18/07/2016.

→ ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS
(art. 181 da CNCR)

Período	01/07/2015 a 30/06/2016		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)
Despacho	321	4,40	13
Decisão	5.969	81,78	45
Sentença	1.009	13,82	78
Total Geral	7.299	100,00	48

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 19/07/2016.

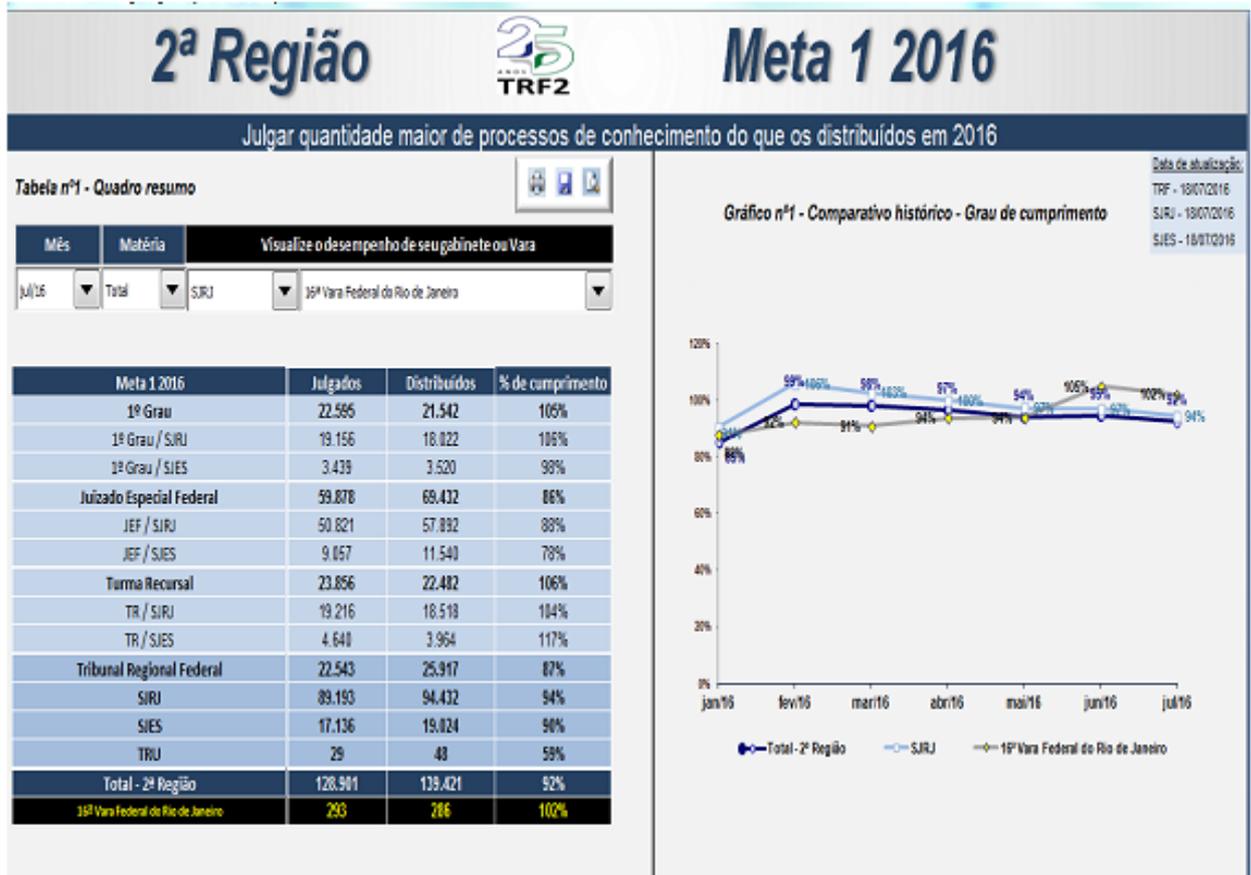
→ METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
(Resoluções CNJ nº 198 de 1º/7/2014 e nº 204, de 26/8/2015, e Metas 2016, estabelecidas no IX Encontro Nacional do Judiciário).

I – META 1/2016: Julgar mais processos que os distribuídos
Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 102%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 18/07/2016.

II – META 2/2016: Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2016, no 1º e no 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos distribuídos até 31/12/2012; nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013; nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

1 - Identificar e julgar, até 31/12/2016, no 1º e no 2º graus, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

De acordo com o portal de estatísticas da Segunda Região, de 01 de julho 2015 a 30 de junho de 2016, o órgão correccionado cumpriu 81% da meta, havendo 407 processos pendentes.

2ª Região

Meta 2 2016

Identificar e julgar, até 31/12/2016:
No 1º grau e 2º grau, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e, pelo menos, 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012;
Nos Juizados Especiais Federais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2013;
Nas Turmas Recursais, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2013.

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data de atualização:
TRF - 18/07/2016
SJRJ - 18/07/2016
SJES - 18/07/2016

Verifique o Acervo Meta2 pendente:

Data	Meta%	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
Jul-16	100% - 1º Grau e 2º Grau	SJRJ	16ª Vara Federal do Rio de Janeiro			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	49.490	44.207	849	45.056	4.434	91%
Seções Judiciárias	69.465	62.243	2.326	64.569	4.896	93%
SIRJ	60.883	54.511	2.018	56.529	4.354	93%
SJES	8.582	7.732	308	8.040	542	94%
Total - 2ª Região	118.955	106.450	3.175	109.625	9.330	92%
16ª Vara Federal do Rio de Janeiro	1.533	1.155	89	1.244	289	81%

Por amostragem, também foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **Sem movimentação há menos de 100 dias: 236 processos**

00327230620004025101: embargos à execução, distribuído em 31/10/2000. Concluído em 18/02/2002 e despacho publicado em 14/06/2002 determinado o retorno dos autos ao contador. Decisão em 18/09/2014 convertendo o julgamento em diligência para chamar o feito à ordem. Determinada em 08/04/2015 a intimação do embargante para apresentar os elementos requisitados pelo contador. Vistos em inspeção em 27/05/2015, sendo determinado o retorno ao contador. Último ato do processo: concluído em 08/07/2016.

00577831519994025101: analisado em obrigatórias.

00022571920064025101: ação ordinária/servidores públicos, distribuída em 16/02/2006. Sentença em 22/07/2016.

00026539320064025101: ação ordinária contratos administrativos / responsabilidade civil. Distribuição em 24/03/2006. Determinada em 28/10/2014 vista às partes acerca da manifestação do perito. Despacho em 03/06/2016:

“Em nada mais sendo requerido, voltem-me os autos conclusos para sentença”.

Último ato do processo: concluído em 28/06/2016.

00049870320064025101: ação de depósito. Distribuição em 24/03/2006. Determinada em 24/03/2014 a renovação da diligência citatória da Ré. Despacho em 04/05/2015 determinando diligenciar a Secretaria o cumprimento da carta precatória. Despacho em 13/06/2016 do seguinte teor:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“Tendo em vista a Certidão de fl. 284, junte-se, oportunamente a Carta Precatória a ser remetida pelo Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Colmeia do Tribunal de Justiça de Tocantins. Uma vez que a cópia da Carta Precatória juntada às folhas retro é cópia fiel ao documento referida acima, considerando as inúmeras diligências infrutíferas, manifeste-se a parte autora sobre o interesse de conversão da presente busca apreensão em ação executiva, de acordo com art. 4º, do Decreto-lei n. 911, modificado pela lei 13.043, de 13.11.2014.”

00177971020064025101: ação ordinária. Redistribuição em 23/09/2009. Decisão em 15/12/2015 considerando a possibilidade de a Ação Penal n. 2006.5101.5323301-8 interferir no julgamento do pedido de anulação da pena de perdimento de bens aplicada à Autora, no âmbito do processo administrativo fiscal, reconheceu a existência de prejudicialidade externa, entres as duas ações, e suspendeu o trâmite do feito, até o trânsito em julgado da decisão final da ação penal.

00241791920064025101: distribuição em 18/12/2006. Decisão em 24/06/2016 do seguinte teor:

“1- Por se tratar de execução individual de sentença coletiva, remetam-se os autos à SEDCP para retificar a autuação. 2- tendo em vista que a Fundação Nacional de Saúde não opôs Embargos à Execução, conforme certidão de fl. retro e expressa manifestação de f ls. 733v, tenho como certo o montante do débito, no valor de R\$ 189.732,55 (em 07/2014, fls. 722), em vista do qual REQUISITE-SE o pagamento, na forma da Resolução n. 168, de 05.12.2011, do Conselho de Justiça Federal. 3. Emitido o RPV/Precatório, suspenda-se o feito, aguardando-se o pagamento.”

00015996320044025101: ação de consignação de aluguel. Distribuição em 29/01/2004. Determinado em 21/02/2005 aguardar-se a realização da perícia



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

determinada nos autos da ação ordinária, em apenso. Designada Audiência Especial para o dia 11/01/2013, diante da possibilidade de conciliação entre as partes.

00137051820084025101: ação ordinária imóveis-SFH. Distribuição em 30/07/2008. Despacho em 14/06/2016 do seguinte teor:

“Processo inserido no Programa META 2 do Conselho Nacional de Justiça. 1. Como dito, aguarda-se a apresentação, pela parte autora, de seus “rendimentos brutos durante toda a evolução do financiamento imobiliário, em conformidade com o estabelecido no contrato firmado entre as partes” e, também, pela parte Ré, “da Planilha de Evolução de Financiamento atualizada”, ambas as informações requeridas pelo perito à fl. 383. O mandato de fls. 392/393, cuja diligência restou negativa, foi expedido indicando o bairro de São Cristóvão. Na exordial, contudo, o endereço refere-se a Freguesia, Jacarepaguá- conforme exordial e documento de fl. 39. EXPEÇA-SE, POIS, NOVO MANDADO DE INTIMAÇÃO DA AUTORA para que, no prazo de 30 dias, traga aos autos a documentação solicitada sob pena de cancelamento da prova pericial contábil e julgamento conforme o estado do processo.”

00191779720084025101: embargos á execução, tendo por objeto vencimentos de servidores públicos. Distribuição em 06/10/2008. Decisão em 20/04/2016 do seguinte teor:

“1. Considerando que a autora M. das G.F.N. não cumpriu, após diversas oportunidades, os despachos de fls. 178, 200 e 232, indefiro o prosseguimento de sua execução. 2. Diante da concordância da União, às fls. 249/250, com os cálculos de fls. 234/240 e uma vez que a impugnação da parte embargante, às fls. 244/245, não foi específica, venham os autos conclusos para sentença.”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **Sem movimentação há mais de 100 dias: 171 processos**

00200770819934025101: ação ordinária, tendo por objeto dívida pública/cobrança. Distribuição em 08/09/1993. Despacho publicado em 24/05/2007 para que se manifestassem as partes, em 10 dias, se desejavam proceder à restauração dos autos. Determinada em 15/06/2007 a baixa na distribuição e arquivamento dos autos. Despacho em 19/03/2009 do seguinte teor:

“Autos aguardando restauração, através do processo n. 20075101030617-5.”

Último ato do processo: conclusão em 07/08/2014.

00035534720044025101: embargos á execução. Distribuição em 09/02/2004. Despacho em 15/05/2015 determinando vista às partes para manifestação do contador. Último ato do processo: conclusão em 03/02/2016.

00226769420054025101: procedimento ordinário, tendo por objeto atos e procedimentos fiscais. Distribuição em 20/12/2005. Despacho em 13/08/2012 convertendo o feito em diligência, determinando fosse dada vista à parte Autora e após, fosse aberta conclusão para sentença. Último ato do processo: conclusão em 12/06/2014.

00099343720054025101: ação ordinária, tendo por objeto contratos mercantis. Distribuição em 13/11/2012. Despacho 26/11/2012 determinando vista às partes da manifestação do perito. Despacho em 28/05/2014 determinando a redistribuição interna dos processos em trâmite no Juízo, entre o juiz titular e o substituto. Último ato do processo: conclusão em 12/06/2014.

00233356920064025101: ação ordinária, tendo por objeto FGTS. Distribuição em 06/12/2006. Despacho em 27/08/2013 determinando fosse anexada aos autos a decisão proferida pelo Eg. TRF da 2ª Região nos autos da ação ordinária n. 9300586785. Despacho em 07/08/2014 determinando a redistribuição interna dos processos em trâmite no Juízo, entre o juiz titular e o substituto. Último ato do processo: conclusão em 07/08/2014.

00264133720074025101: ação ordinária, tendo por objeto multa compensação tributária. Distribuição em 22/10/2007. Sentença em 27/07/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00044844520074025101: ação ordinária, tendo por objeto contratos mercantis. Distribuição em 16/03/2007. Despacho 20/09/2012 determinando a expedição de ofício de pagamento AJG DO Sr. Perito, bem como as partes sobre a peça de fls. 252/253. Despacho em 28/05/2014 determinando a redistribuição interna dos processos em trâmite no Juízo, entre o juiz titular e o substituto. Último ato do processo: conclusão em 12/06/2014.

00283452620084025101: ação ordinária, tendo por objeto débitos, multas, contratos de Direto Civil. Distribuição em 04/07/2008. Despacho em 31/07/2014 determinando a redistribuição interna dos processos em trâmite no Juízo, entre o juiz titular e o substituto. Último ato do processo: conclusão em 07/08/2014.

00208754120084025101: ação ordinária, tendo por objeto responsabilidade civil; consumidor. Distribuição em 30/10/2008. Despacho em 13/04/2015 do seguinte teor:

“1. Ante a ausência de resposta da CEF em relação às decisões de fls. 103, 105, 107, 119, 122 e 134 intime-se pessoalmente, o Ilmo Sr. Superintendente da Caixa Econômica Federal – CEF, no Rio de Janeiro para que apresente o contrato FIES n. 19.0995.186.0000097-59, sob pena de multa diária fixada no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais). Prazo, 05 (cinco) dias. Determinado em 11/09/2015 a prorrogação dos prazos vencidos ou a vencer no período de greve dos servidores do judiciário.”

Despacho em 26/02/2016 determinando vista à parte autora sobre a documentação acostada pela CEF, no prazo de 20 dias.

00175046920084025101: ação cautelar inominada, tendo por objeto concessão de serviço público. Distribuição em 13/08/2013. Despacho em 01/08/2013 determinando as partes especificarem suas provas. Despacho em 28/05/2014 determinando a redistribuição interna dos processos em trâmite no Juízo, entre o juiz titular e o substituto. Último ato do processo: conclusão em 30/06/2014.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 18/07/2016, análise eletrônica dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até 29/07/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

Identificar e julgar até 31/12/2016: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014.

Situação: De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 16%**, como ilustra o gráfico a seguir:



Foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ Sem movimentação há menos de 100 dias: 07 processos

00577831519994025101: ação improbidade administrativa, tendo por objeto servidor público. Distribuição em 24/06/1999. Despacho em 12/05/2016 determinando a intimação do Perito á fl. 4385, para que se manifestasse sobre as impugnações apresentadas pelas partes a sua proposta de honorários.

00242641020034025101: ação improbidade administrativa, tendo por objeto contratos administrativos. Distribuição em 12/12/2003. Audiência em 13/07/2016, na qual foi proferido despacho concedendo o prazo de 15 dias sucessivos para apresentação de razões escritas finais.

00004805720104025101: ação improbidade administrativa, tendo por objeto atos e procedimentos administrativos. Distribuição em 18/01/2010. Despacho em 20/06/2016 do seguinte teor:

“Considerando que a esposa do segundo réu falecido foi devidamente intimada (fl. 162), mas não apresentou as informações requeridas pelo COREN à fl. 152, intime-se a parte autora para requerer o que entender cabível ao prosseguimento do feito.”

04900481920104025101: ação improbidade administrativa, tendo por objeto atos e procedimentos administrativos. Distribuição em 18/01/2010. Despacho em 04/03/2016 do seguinte teor:

“Ante a certidão de fl. 1444, citem-se os réus relacionados na certidão retro, o para que apresentem suas contestações, na forma do parágrafo 9º, do art. 17 da Lei n. 8.429/92.”

00093185220114025101: ação improbidade administrativa, tendo por objeto responsabilidade civil; atos administrativos. Distribuição em 11/07/2011. Audiência em 05/05/2016, na qual foi proferido despacho determinando a abertura de vista ao MPF para oferecimento de parecer e após o prazo fosse os autos conclusos para prolação de sentença.

00065745020124025101: ação improbidade administrativa, tendo por objeto atos e procedimentos administrativos. Distribuição em 15/05/2012. Despacho em 12/04/2016 determinando a intimação das partes, para que se manifestassem se pretendiam produzir outras provas. Despacho em 04/05/2016 ao MPF, sobre as informações juntadas. Último ato do processo: conclusão em 21/07/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00084272620144025101: ação improbidade administrativa, tendo por objeto atos e procedimentos administrativos. Redistribuição em 16/07/2014. Decisão em 12/01/2016 considerando precluso o pedido de desbloqueio e, ainda, fosse reiterada a expedição de ofícios ao 5º Ofício de Imóveis do Rio de Janeiro e ao Banco Itaú.

→ **Sem movimentação há menos de 100 dias: 01 processo.**

01341679120144025101: ação improbidade administrativa, tendo por objeto atos e procedimentos administrativos. Distribuição em 03/07/2014. Despacho em 13/01/2016 em réplica (prazo: 10 dias). Concluso em 11/04/2016.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 18/07/2016, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até 29/07/2016.

V – META 5/2016: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

Baixar em 2016: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.

Situação: De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de -112%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente

Tabela nº1 - Quadro resumo acumulado

Mês: jul/16 | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara: 16ª Vara Federal do Rio de Janeiro

Percentual de cumprimento = $\frac{(P5.3)}{(P5.1 + 1 + P5.5 - P5.7)} \times 100$

Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	35.190	16.451	12.025	6.732	6.747	39.601	73%
1º Grau / SJRJ	27.197	14.406	8.518	5.775	5.903	32.957	60%
1º Grau / SJES	7.993	2.045	3.507	957	844	6.644	162%
Juizado Especial Federal	10.803	20.260	21.489	1.003	222	10.355	102%
JEF / SJRJ	8.788	17.106	17.797	950	217	8.830	100%
JEF / SJES	2.015	3.154	3.692	53	5	1.525	115%
SIRJ	35.985	31.512	26.315	6.725	6.120	41.787	82%
SJES	10.008	5.199	7.199	1.010	849	8.169	134%
Total - 2ª Região	45.993	36.711	33.514	7.735	6.969	49.956	89%
16ª Vara Federal do Rio de Janeiro	1.171	309	191	134	614	809	-112%

Verifique o Acervo Meta atual:

Por amostragem, foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

201351010048290: ação ordinária, tendo por objeto FGTS. Redistribuição em 26/02/2014. Despacho em 16/02/2016 determinando abertura de vistas às partes sobre os cálculos, em 05 dias. Concluso em 13/04/2016.

201351010037243: execução, tendo por objeto contratos de Direito Civil; responsabilidade civil. Redistribuição em 26/02/2014. Despacho em 16/02/2016 determinando a intimação das partes do julgamento do recurso pela superior instância, bem como em atenção ao despacho de fl. 361 do Eg. Tribunal Regional Federal da 2ª Região, prossiga-se o feito.

201251011054682: execução de sentença. Distribuição em 19/12/2012. Despacho em 17/02/2016 determinando a intimação novamente da UFRJ (PRF) para que apresente os elementos solicitados pela contadoria. Conclusão em 02/05/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

201251010475217: execução de sentença. Distribuição em 16/11/2012. Decisão em 21/10/2016 determinando a expedição de precatório e/ou RPV, tendo em considerando o trânsito em julgado da sentença proferida nos autos de embargos à execução e, portanto, certo o montante do débito. Conclusão em 15/02/2016.

201251011054440: execução de sentença. Distribuição em 19/12/2012. Despacho em 05/02/2015 determinou oficial-se o superintendente de pessoal da UFRJ, para que apresentasse a documentação referida pela parte autora. Vista em 28/01/2016 à parte autora da petição da UFRJ. Concluso em 16/05/2016.

201251010459984: ação ordinária, tendo por objeto atos e procedimentos administrativos. Distribuição em 19/12/2012. Despacho em 05/02/2015 do seguinte teor:

“Decretando a revelia da CEF. Em provas justificadamente.” Último ato do processo: concluso em 14/07/2016.”

VI – META 6/2016: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

Identificar e julgar, até 31/12/2016, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, 100% das ações distribuídas até 31/12/2012, no 1º e 2º grau;

Situação: De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 55%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

2ª Região **25** **Meta 6 2016**
ANOS TRF2

Identificar e julgar até 31/12/2016 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data de atualização:
TRF - 18/07/2016
SJRJ - 18/07/2016
SJES - 18/07/2016

Meta 6 - Ação Coletiva	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	624	537	30	567	57	91%
SJRJ	877	598	58	656	221	75%
SJES	115	70	12	82	33	71%
1º Grau	992	668	70	738	254	74%
Total - 2ª Região	1.616	1.205	100	1.305	311	81%
16ª Vara Federal do Rio de Janeiro	11	6	0	6	5	55%

Verifique o Acervo Meta6 pendente:

 Acervo pendente TRF	 Acervo pendente SJRJ	 Acervo pendente SJES
-------------------------	--------------------------	--------------------------

Foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

➔ **Sem movimentação há menos de 100 dias: 03 processos**

00048674720124025101: Ação Civil Pública, tendo por objeto responsabilidade civil. Redistribuição em 26/04/2012. Decisão em 29/02/2016 indeferindo o pedido de prova oral, deferindo a prova técnica de engenharia e que fossem intimadas as partes para formularem os quesitos e indicarem os assistentes técnicos. Despacho em 25/04/2016 deferindo a dilação de prazo requerida pela CEF.

00495949120124025101: Ação Civil Pública, tendo por objeto responsabilidade civil. Distribuição em 18/12/2012. Despacho em 05/04/2016 determinando o retorno dos autos à União Federal para que diga claramente, no prazo de 10 (dez) dias, se o terreno objeto da lide encontra-se situado ou não em terreno de marinha. Concluso em 13/06/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00075591920124025101: Ação Civil Pública, tendo por objeto responsabilidade civil. Redistribuição em 08/06/2012. Despacho em 12/01/2015 do seguinte teor:

“Ante a certidão de fl. 502, proceda-se a intimação da União Federal e do Instituto Chico Mendes de todo o processado, a partir da fl. 481, oportunidade em que deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando-lhes a pertinência.”

Último ato do processo: concluso em 13/06/2016.

→ **Sem movimentação há mais de 100 dias: 02 processos**

00272269320094025101: Ação Civil Pública, tendo por objeto serviço público. Distribuição em 08/06/2012. Despacho em 16/01/2015 do seguinte teor; “Tendo em vista a manifestação da LIGHT, à fl. 2057, em que desiste da prova pericial antes requerida, remetam-se os autos ao MPF para sua manifestação, no prazo de 10 (dez) dias.” Concluso em 12/085/2015.

00091793720104025101: Mandado de Segurança Coletivo, tendo por objeto compensação tributária. Distribuição em 28/10/2010. Decisão em 07/06/2011 indeferindo a liminar. Concluso em 16/07/2014.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 18/07/2016, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até 29/07/2016.

VII – META 7/2015: Baixar/Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

Não se aplica a Vara correicionada.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 18/07/2016, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até 29/07/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

VIII – META 8/2015: Identificar e julgar até 31/12 do ano corrente, 70% das ações penais vinculadas aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12 do penúltimo ano.

Não se aplica a Vara correicionada.

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 18/07/2016, análise presencial dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo, posição até 29/07/2016.

→ PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA:

MATÉRIA CÍVEL

(art. 12, § único da Resolução n.º 496/2006, do CJF, e art. 218 da CNCR).

Analizando os Mapas Estatísticos de Movimentação Processual (Sintético e Analítico), verificou-se a seguinte situação:

. ORDINÁRIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (Classe 1007):

O mapa de movimentação processual da 1ª instância não apresentou processos em curso na 16ª Vara Federal/RJ acerca de improbidade administrativa classe 1007.

. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (Classes 2002, 2004, 2007, 2009, 2010):

Classe 2002: coletivo/outros.

Total: 03

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 02

Em trâmite: 01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Dos quais foram analisados, presencialmente no juízo correicionado, os seguintes processos:

0008779-81.2014.4.02.5101: Autos remetidos em 13/05/2016 ao TRF 2ª Região.

0003571-48.2016.4.02.5101: distribuído em 13/01/2016. Decisão em 17/05/2016 deferindo a liminar.

0010370-98.2002.4.02.5101: decisão proferida em 13/06/2011 determinando aguardar o julgamento pelo STF do Recurso Extraordinário (RE n. 573.235/SC), no qual foi reconhecida a existência de repercussão geral da mesma questão constitucional versada nos presentes autos. Autos remetidos em 14/12/2015 ao TRF da 2ª Região.

Classe 2007: coletivo/tributário.

Total: 03

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 01

Em trâmite: 02

Foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0009179-37.2010.4.02.5101: distribuição em 28/06/2010. Ação tendo por objeto compensação tributária. Indeferida a liminar em 07/06/2011. Despacho em 15/07/2014 assinalado a Impetrante o prazo de 10 (dez) dias para regularizar sua representação processual. Conclusão para sentença em 16/07/2014.

0014889-82.2003.4.02.5101: distribuição em 01/07/2003. Ação tendo por objeto Imposto Sobre o Lucro Líquido (CSSL). Registrado no sistema em 02/05/2013 o despacho “Aguardando julgamento do Recurso Especial no STJ”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0025794-29.2015.4.02.5101: distribuição em 02/07/2015. Ação tendo por objeto compensação tributária. Autos remetidos em 24/06/2016 ao TRF 2ª Região.

Classe 2010: coletivo/serviço público.

Total: 02

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 02

Foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0037626-25.2016.4.02.5101: distribuição por dependência em 30/03/2016. Objeto: militar. Concluso em 09/05/2016.

0014966-08.2014.4.02.5101: redistribuição em 16/12/2014. Objeto: vencimentos de servidores públicos. Despacho em 24/09/2015 determinando a intimação da Impetrada para comprovar se houve a inclusão da verba relativa à férias em folha de pagamento de todos os servidores afastados para estudos. Concluso para sentença em 22/06/2016.

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 18/07/2016, análise eletrônica dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo.

. AÇÃO POPULAR (Classes 6002, 6004, 6005):

Classe 6002: ação popular.

Total: 05

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 01

Em trâmite: 04



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0010521-74.1996.4.02.5101: redistribuição em 02/08/1996. Objeto: servidor público. Sentença em 31/10/2002 julgando procedente o pedido. Despacho proferido em 28/04/2003 recebendo as apelações de fls. 513/541, 544/560 e 564/568 interpostas pelos réus e União Federal. Remessa ao TRF-2ª Região em 16/03/2004 e devolvido em 14/04/2010. Despacho em 18/05/2015 determinando a intimação pessoal do autor da ação popular para que se manifestasse sobre a execução do julgado. Concluso em 04/09/2015 e despacho em 03/05/2016 encaminhando os autos à União Federal.

0018062-03.1992.4.02.5101: distribuição em 27/03/1992. Objeto: suspensão/anulação de assembleia. Sentença em 17/09/2003. Remessa ao TRF-2ª Região em 26/08/2004 e devolvido em 01/02/2012. Despacho em 01/02/2012: *“aguardando o julgamento pelo STJ do processo REsp n. 12/15264”*.

0032997-13.2013.4.02.5101: redistribuição em 10/02/2014. Objeto: atos e procedimento administrativos. Despacho em 20/04/2016 do seguinte teor:

“Tendo em vista que não houve manifestação da Representação Jurídica do INCRA (PRF/PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL), apesar de sua intimação eletrônica por confirmação em 23/10/2015, conforme certidão de fl. 299. Expeça-se ofício diretamente ao INCRA para que preste as informações que entender necessárias acerca da desapropriação objeto dos presentes autos”.

0245122-88.1900.4.02.5101: registro de proc. antigo em 14/03/1980. Despacho em 22/07/2016 determinando a intimação da parte recorrida para apresentar resposta à apelação adesiva.

No mapa de movimentação processual da 1ª Instância, emitido em 18/07/2016, não há processos em trâmite para as classes 6004 (ação popular/previdenciária) e 6005 (ação popular/improbidade administrativa).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 18/07/2016, análise eletrônica dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo.

. AÇÃO CIVIL PÚBLICA (Classes 6001, 6003, 6006, 6007, 6008, 6009):

Classe 6001: ação civil pública.

Total: 16

Suspensos: 01

Ag. Recurso TRF: 04

Em trâmite: 11

Foram analisados, eletronicamente, por amostragem, os seguintes processos:

0002993-37.2006.4.02.5101: distribuição em 17/02/2006. Objeto: atos e procedimentos administrativos; propriedade pública. Sentença em 20/03/2006. Remessa ao TRF-2ª Região em 09/03/2007 e devolvido em 04/03/2008. Despacho em 07/02/2014 determinando a suspensão do processo até o julgamento pelo STJ e STF dos agravos interpostos em face das decisões proferidas pelo TRF da 2ª Região que inadmitiram o Recurso Especial e Extraordinário, respectivamente.

0006695-78.2012.4.02.5101: distribuição em 18/05/2012. Objeto: atos e procedimentos administrativos, contratos de direito civil. Despacho em 23/09/2015 determinando a intimação do MPF, nos termos do § 1º, art. 5º da Lei 7347/1985. Após, diante do agravo de instrumento interposto pela parte autora em face da decisão de fl. 579, aguardar a comunicação do TRF/2ª Região acerca do efeito em que foi recebido o agravo ou do resultado do julgamento.

0020015-35.2011.4.02.5101: distribuição em 16/12/2011. Objeto: atos e procedimentos administrativos. Sentença proferida em 01/02/2012 julgando extinto o processo, sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 267, VI, do CPC. Remessa ao TRF-2ª Região em 12/03/2012 e devolvido em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

03/02/2016. Despacho em 03/02/2016 determinando a suspensão do feito até o julgamento do recurso pelo STJ.

0022606-09.2007.4.02.5101: distribuição em 26/10/2007. Objeto: atos e procedimentos administrativos; saúde. Sentença proferida em 20/03/2014. Remessa ao TRF-2ª Região em 05/11/2009 e devolvido em 10/04/2015. Despacho em 14/04/2015 determinando a suspensão do feito até o julgamento do recurso pelo STJ.

0000147-66.2014.4.02.5101: redistribuição em 23/01/2014. Objeto: concurso público. Sentença proferida em 19/02/2009. Remessa ao TRF-2ª Região em 07/02/2006.

0000571-02.2000.4.02.5101: distribuição em 13/01/2000. Objeto: posse/propriedade de imóveis. Despacho em 03/10/2003 do seguinte teor:

“Junte-se. Considerando a entrega do laudo pericial, expeça-se alvará para levantamento dos honorários periciais. Dê-se vista às partes pelo prazo sucessivo de dez dias para manifestação, bem como para alegações finais. Após, retornem-me imediatamente conclusos para sentença.”

Sentença em 03/03/2005. Remessa ao TRF-2ª Região em 07/02/2006 e devolvido em 16/06/2010. Despacho em 16/06/2010 determinando a suspensão do feito até o julgamento do recurso pelo STJ.

0004867-47.2012.4.02.510: redistribuição em 26/04/2012. Objeto: condenação das rés à indenização pelos danos materiais causados pela depreciação do imóvel objeto da lide. Decisão em 29/02/2016, em sua parte final, determinando a intimação do perito para ciência de sua nomeação para o encargo e apresentação da proposta de honorários.

0005677-57.1991.4.02.5101: distribuição em 27/02/1991. Objeto: responsabilidade civil. Sentença em 26/11/2009 homologando o acordo e julgando extinto o processo, com resolução de mérito, com fulcro no art. 5º, § 6º da Lei 7347/85 c/c 269, V, do CPC, em relação aos pedidos dos itens I, II, III, acima especificados. Quanto a parte remanescente do pedido, foi designada audiência especial para o dia 03/02/2010. Despacho em 08/05/2012 do seguinte teor:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“Tendo em vista a manifestação do MPF de fl. 703/704, bem como a decisão proferida na assentada de fls. 624/626, às partes para especificação de provas, no que pertine aos pedidos remanescentes.”

Despacho em 22/01/2013 determinando a suspensão do feito por 180 dias. Despacho em 15/12/2014 determinando a parte ré para que se manifestasse, no prazo de 10 dias, sobre o seu efetivo interesse em celebrar o Termo de Ajustamento de Conduta, tendo em vista a documentação juntada pelo MPF. Despacho em 03/05/2016 determinando vista ao MPF para que se manifestasse quanto á impugnação apresentada à planta demarcatória juntada, bem como quanto à possibilidade de realização do TAC e realização de visita conjunta com o Condomínio para melhor identificação do local a ser regenerado. Concluso em 05/07/2016.

0005697-81.2010.4.02.5101: distribuição em 16/04/2010. Objeto: concurso público. Sentença em 24/08/2012 julgando procedente o pedido para anular o concurso público para o preenchimento de vagas no cargo Auditor-Fiscal do Trabalho. Remessa ao TRF- 2ª Região e devolvido em 08/10/2014. Determinada em 10/07/2015 a suspensão do feito por 60 (sessenta) dias para que o MPF apresentasse o número do CPF de todos os litisconsortes apresentados as fls. 1985/1989, a fim de que se proceda ao cadastramento no Sistema Apolo.

0007559-19.2012.4.02.5101: redistribuição em 08/06/2012. Objeto: responsabilidade civil/meio ambiente. Despacho em 09/05/2014:
“em provas, justificadamente”.

Despacho em 12/01/2015 determinando a intimação da União Federal e do Instituto Chico Mendes de todo o processado, a partir de fl. 481, oportunidade em que deveriam especificar as provas que pretendiam produzir. Concluso em 13/06/2016.

0023291-50.2006.4.02.5101: redistribuição em 05/12/2006. Objeto: responsabilidade civil/ propriedade pública. Sentença proferida em 11/11/2012. Deferida em 30/01/2013 a perícia ambiental. Despacho em 30/05/2016 determinando a expedição do alvará de pagamento do perito.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Classe 6006: ação civil pública/improbidade administrativa.

Total: 15
Suspensos: 00
Ag. Recurso TRF: 01
Em trâmite: 14

Foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0000313-06.2011.4.02.5101: distribuição em 17/01/2011. Objeto: apreensão/indisponibilidade bens/mercadorias. Sentença em 09/09/2015. Despacho em 16/05/2016 determinando efetuar-se à penhora online.

0000480-57.2010.4.02.5101: distribuição em 18/01/2010. Objeto: atos e procedimentos administrativos. Concluída a intimação para apresentação de defesa prévia, os réus quedaram-se inertes, em 26/02/2015, dando-se na mesma data o recebimento da petição inicial, nos termos do artigo 17, 9º, da Lei n. 8429/92. Despacho em 20/06/2016 do seguinte teor:

“Considerando que a esposa do segundo réu falecido foi devidamente intimada (fl.162), mas não apresentou as informações requeridas pelo COREN à fl. 152, intime-se a parte autora para requerer o que entender cabível ao prosseguimento do feito”.

0006535-58.2009.4.02.5101: distribuição em 07/04/2009. Objeto: servidor público- atos e procedimentos administrativos. Despacho em 17/02/2016 determinando a suspensão do trâmite do feito, até o trânsito em julgado da decisão final da Ação Penal n. 2003.5101.513657-6, que se encontra em fase de recurso de apelação e da Ação Penal n. 2003.5101.523652-2, que se encontra em fase de julgamento de Recurso Especial.

0006574-50.2012.4.02.5101: distribuição em 15/05/2012. Objeto: atos e procedimentos administrativos. Determinada em 12/04/2016 a intimação das partes, para que se manifestassem sobre a pretensão de produção de outras provas. Concluso em 21/07/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0008427-26.2014.4.02.5101: redistribuição em 16/07/2014. Objeto: atos e procedimentos administrativos. O pedido de liminar foi deferido em 13/01/2015. Embargos de declaração opostos contra a decisão que determinou a indisponibilidade dos bens dos réus rejeitados em 27/02/2015. Decisão em 12/01/2016 considerando precluso o pedido de desbloqueio e, ainda, fosse reiterada a expedição de ofícios ao 5º Ofício de Imóveis do Rio de Janeiro e ao Banco Itaú.

0009318-52.2011.4.02.5101: distribuição em 11/07/2011. Objeto: responsabilidade civil; atos e procedimentos administrativos; bloqueio de numerário. Assentada em 25/05/2016 na qual foi colhido o depoimento do réu. Após, inquiridos as partes e o Ministério Público Federal. Ao término da audiência foi aberta vista ao MPF para, no prazo de cinco (05) dias úteis, apresentar parecer. Decorridos os prazos, fossem os autos conclusos para prolação de sentença.

0010550-70.2009.4.02.5101: distribuição em 12/06/2009. Objeto: apreensão/indisponibilidade de bens/mercadorias; atos e procedimentos administrativos. Decisão em 22/06/2016 no seguinte teor:

“1- Apresentada a proposta de honorários pelo perito nomeado pelo Juízo nos presentes autos (fl. 1971), houve concordância das partes (fls. 1977 e 1979-verso). 2- Considerando a natureza e complexidade do trabalho a realizar, homologo os honorários periciais em R\$ 48.500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos reais), que deverão ser depositados pela parte ré. 3- Ultimados os depósitos dos honorários periciais, intime-se o perito para apresentar o laudo, em trinta dias, contados da sua intimação.”

Classe 6007: ação civil pública/código do consumidor.

Total: 03

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 03

Foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0022942-04.1993.4.02.5101: distribuição em 14/10/1993. Objeto: responsabilidade civil. Decisão em 10/08/2004 recebendo a apelação. Remessa ao TRF- 2ª Região em 23/09/2004 e devolvido em 05/11/2012. Determinada em 18/01/2013 a suspensão do feito até o julgamento do recurso interposto na superior instância. Decisão em 05/10/2015 deferindo o bloqueio dos ativos financeiros em nome das empresas devedoras. Vista em 03/05/2016 ao MPF para requerer o que entender cabível ao prosseguimento da execução. Concluso em 21/07/2016.

0027226-93.2009.4.02.5101: distribuição em 11/09/2009. Objeto: concessionária de serviço público; energia elétrica. Despacho em 16/01/2015 remetendo o feito ao MPF, no prazo de 10 dias, face manifestação da LIGHT de desistência da prova pericial requerida. Concluso em 12/05/2015 para sentença.

0091286-65.2015.4.02.5101: redistribuição em 19/08/2015. Objeto: contrato direito civil; qualidade de produtos e serviços. Decisão em 26/04/2015 indeferindo a antecipação de tutela. Concluso em 21/07/2016.

Classe 6009: ação civil pública/servidor público.

Total: 01

Suspensos: 00

Ag. Recurso TRF: 00

Em trâmite: 01

Foi analisado, eletronicamente, o seguinte processo:

0026326-03.2015.4.02.5101: distribuição em 19/03/2015. Objeto: servidor público; vencimentos ou proventos. despacho em 01/09/2015 determinando a apresentação de provas. Concluso em 06/05/2016.

No mapa de movimentação processual da 1ª Instância, emitido em 18/07/2016, não há processos em trâmite para as classes 6003 (ação civil pública/previdenciária) e 6008 (ação cível pública/tributária).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 18/07/2016, análise eletrônica dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo.

. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO (Classes 5010, 5018):

Classe 5010: desapropriação.

Total: 10

Suspensos: 03

Ag. Recurso TRF: 01

Em trâmite: 06

Por amostragem, também foram analisados, eletronicamente, os seguintes processos:

0010867-29.2013.4.02.5101: distribuição em 17/04/2013. Objeto: intervenção na propriedade. Despacho em 22/07/2016 determinando, ante ao tempo decorrido, apresentasse a parte Ré documentos comprobatórios (certidões), atualizados, da regularização dos imóveis em tela, junto aos órgãos municipais, Secretaria do Patrimônio da União e aos Cartórios de Registro de Imóveis, no prazo de 20 dias.

0028034-02.1989.4.02.5101: distribuição em 10/11/1989. Objeto: posse/propriedade de imóveis. Embargos de Declaração visando a esclarecer suposta contradição no item 2 da decisão proferida às fls. 2292/2293 que indeferiu a expedição do alvará pelo fato do requerente não haver renovado a apresentação das certidões negativas. Despacho em 24/06/2016 acolhendo as cartas de vênia apresentadas ao Juízo ate a presente data. Remessa em 26/07/2016 ao Setor de Contadoria.

0163194-18.1900.4.02.5101: registro de proc. antigo em 24/05/1979. Objeto: intervenção na propriedade. Sentença (tipo B) registrada no sistema em 12/11/2008. Decisão em 19/01/2016 do seguinte teor:

“Considerando os termos do art. 1060, I, do CPC, não é necessário a abertura de inventário, quando a habilitação é



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

feita pelos herdeiros necessários do falecido, e que comprovem sua qualificação. Destarte, como restou devidamente comprovada a qualidade de herdeiros do falecido, homologo a habilitação requerida para deferir a sucessão processual de w. dos S. A, em favor de seus herdeiros.”

0163874-03.1900.4.02.5101 – registro de processo antigo em 28/07/1978.

Objeto: posse/ propriedade de imóveis. Determinada a suspensão do feito até o julgamento dos embargos à execução (2013.5101.010739-7).

0201885-04.1900.4.02.5101: registro de processo antigo em 13/12/1978. Objeto: posse/ propriedade de imóveis. Decisão em 09/09/2015 do seguinte teor:

“1 – Intime-se a parte credora/ré para que o prazo de 15 dias apresente a sua planilha exequenda com os valores que pretende executar. 2 – atendido o item “1”, encaminhem-se os autos ao Contador, para conferência dos cálculos apresentados pela parte credora. 3- Vinda a conta, dê-se vista à parte credora-ré, por 5 dias. 4- Após, na forma do art. 730, do CPC, pelos valores que a parte credora-ré entender devidos, ciente de que qualquer excesso na execução- se ajuizados embargos, afinal julgados procedente- servirá de base para uma provável condenação em honorários de sucumbência.”

0213490-44.1900.4.02.5101: redistribuição em 14/04/2008. Objeto: posse/ propriedade de imóveis. Decisão proferida em 16/05/2016 do seguinte teor;

“1- À secretaria para cumprir o determinado na fl. 174 (expedir carta de adjudicação) e oficiar a Receita, conforme determinado nas fls. 404. 2- Cumprido o item 1, intinem-se os expropriados para promoverem a habilitação no feito e, em seguida, a execução do julgado. Prazo; 20 dias. Transcorrido, in albis, dê-se baixa e archive-se.”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

No mapa de movimentação processual da 1ª Instância, emitido em 18/07/2016, não há processo em trâmite para a classe 5018 (ação de desapropriação de imóvel rural por interesse social).

Fonte: Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, extraído em 18/07/2016, análise eletrônica dos processos disponibilizados pelo juízo e consultas ao Apolo.

➔ **AUDIÊNCIAS (DE 01/07/2015 A 30/06/2016)**
(Art. 35, I, CNCR)

TOTAL: 39 audiências designadas, sendo a primeira de 01/07/2015, Processo nº 0006829-08.2012.4.02.5101 e a última de 09/06/2016, Processo nº 0003435-27.2011.4.02.5101.

Mapa: Agenda de Audiências, extraído em 19/07/2016 - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

➔ **PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS**
(FÍSICOS/VIRTUAIS)

. INICIAIS
(Artigos 305 a 316 da CNCR)

Foram identificados os seguintes locais virtuais para as iniciais:
INICIAIS: 00 documento.

De acordo com o questionário pré-correção de 2016:

“Petições Iniciais: diariamente, a diretora pega no **BALCÃO DE ENTRADA** as ações livremente distribuídas, anota e/ou encaminha para o Raul anotar, custas recolhidas e ambos lançam no sistema Apolo os despachos e decisões já padronizadas, encaminhando as que contêm pedido de antecipação de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

tutela para a supervisora Patrícia e as que contêm pedido de liminar para o Salatiel.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11, Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais virtuais, posição em 21/07/2016 às 16h02, e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.

. BALCÃO DE ENTRADA

Constam 06 documentos, sendo o mais antigo de 21/07/2016, sob o nº 0506868-40.2015.4.02.5101.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais virtuais, posição em 21/07/2016 às 16h02.

. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

Não foram identificados para prevenção.

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

“Prevenção: as ações distribuídas por prevenção, são analisadas pelos servidores Raul ou Luiz Claudio, que expedem certidão relativa ao pedido/causa de pedir e lança no sistema Apolo o despacho padrão correspondente.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.2, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-20106/06203, de 27/06/2016. Locais virtuais, posição em 21/07/2016 às 16h02.

. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

(Arts. 227 da CNCR):

Posição em	18/07/2016
Conclusão até	18/07/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	0	0,00
Decisão	659	76,99
Sentença	197	23,01
Total Geral	856	100,00

Por amostragem, também foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00066548720074025101. Trata-se de ordinária/tributária, com distribuição em 13/04/2007; em 12/06/2014 sentença julgando procedente parcialmente o pedido. Remetido para publicação em 25/07/2016.

00145683720094025101. Trata-se de ordinária/tributária, com distribuição em 29/06/2009; em 12/06/2014 conclusão para sentença, sem minuta no Sistema Processual Apolo, sendo este o último movimento.

00150164420084025101. Trata-se de ordinária/tributária, com distribuição em 18/08/2008; em 12/06/2014 sentença julgando procedente parcialmente o pedido. Remetido para publicação em 25/07/2016.

00044844520074025101. Trata-se de ordinária/outras, com distribuição em 16/03/2007; em 12/06/2014 conclusão para sentença, sem minuta no Sistema Processual Apolo, sendo este o último movimento.

00173204520104025101. Trata-se de mandado de segurança/outras, com distribuição em 23/09/2010; em 10/06/2014 sentença concedendo a segurança, sendo este o último movimento.

00226769420054025101. Trata-se de ordinária/tributária, com distribuição em 20/12/2005; em 12/06/2014 conclusão para sentença, sem minuta no Sistema Processual Apolo, sendo este o último movimento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00043528020104025101. Trata-se de ordinária/servidores públicos, com distribuição em 29/03/2010; em 12/06/2014 conclusão para sentença, sem minuta no Sistema Processual Apolo, sendo este o último movimento.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos, extraída em 18/07/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 28/08/2016.**

**. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO:
(Arts. 228 da CNCR):**

Posição em	19/07/2016
Último Movimento até	19/07/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	96	100,00
Mais de 60	0	0,00
Total Geral	96	100,00

Por amostragem, também foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:

00024733820104025101. Trata-se de ordinária/tributária, com distribuição em 23/02/2010; em 18/05/2016 decisão intimando a parte autora para se manifestar sobre a renúncia ao direito no qual se funda a ação; decisão publicada em 08/06/2016. **Parado desde então.**

00070253620164025101. Trata-se de ordinária/tributária, com distribuição em 25/01/2016; em 07/06/2016 movimentação cartorária tipo manifestação, devolvido em 17/06/2016; em **21/07/2016 conclusão para decisão, sem minuta no Sistema Processual Apolo.**

00111981620104025101. Trata-se de ordinária/tributária, com distribuição em 08/11/2010; em 18/01/2016 decisão remetendo à Secretaria para cumprimento da decisão de fl. 353 – item 2. Decisão publicada em 08/06/2016/ em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

21/07/2016 movimentação cartorária tipo aguardando devolução de carta precatória.

00172978020024025101. Trata-se de ordinária/tributária, com distribuição em 05/09/2002; em 09/11/2015 decisão determinando que se officie a RFB para que encaminhe ao Juízo cópia da declaração do imposto de renda de 1991. Assinado eletronicamente em 25/05/2016, com registro no sistema em 01/06/2016; em 21/07/2016 conclusão para decisão, sem minuta no Sistema Processual Apolo.

00049425220134025101. Trata-se de ordinária/imóveis, com distribuição em 25/02/2013; em 02/05/2016 ato ordinatório informando sobre o início do prazo de vista às partes, publicado em 06/05/2016; em 21/07/2016 conclusão para decisão, sem minuta no Sistema Processual Apolo.

01295549120154025101. Trata-se de ordinária/imóveis, com distribuição em 20/10/2015; em 18/01/2016 decisão determinando a especificação das partes sobre as provas, justificando-se a pertinência. Decisão publicada em 20/05/2016; em 21/07/2016 conclusão para decisão, sem minuta no Sistema Processual Apolo.

00232439120064025101. Trata-se de ordinária/imóveis, com distribuição em 12/12/2006; em 23/02/2015 decisão indeferindo o pedido da CEF. Decisão publicada em 25/02/2016; em 22/07/2016 conclusão para despacho, sem minuta no Sistema Processual Apolo.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados, extraída em 19/07/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, posição até 28/07/2016.

**. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)
(Arts. 180 e 318 da CNCR).**

Aguardando juntada em 18/07/2016, 01 documento, de julho de 2016, referente ao processo n.º 00936299720164025101, Petição n.º 2016.3002.640850-9.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Foram identificados os seguintes locais virtuais para documentos pendentes de juntada:

TRF – petições processos TRF: 00 documento.

De acordo com o Relatório pré-correição de 2016:

“Ao longo e ao fim de cada mês são extraídos relatórios que permitem mensurar a distribuição, o acervo e a produtividade (despachos, decisões e sentenças proferidos), identificar processos conclusos ou processos parados há dias e, ainda, a inexistência de petições pendentes de juntada.” (grifo nosso).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 18/07/2016, e Questionário pré-correição, item 2.2, encaminhado através do Ofício n.º JFRJ-OFI-20106/06203, de 27/06/2016. Locais virtuais, posição em 21/07/2016 às 16h02.

. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).

Foram identificados os seguintes locais virtuais para controle de prazo:

PRAZO – JUNHO: 00 documento.

PRAZO – JULHO: 278 documentos, sendo o mais antigo o de 24/05/2016, sob o nº 0112657-56.2013.4.02.5101.

PRAZO – AGOSTO: 74 documentos, sendo o mais antigo o de 20/06/2016, sob o nº 0156305-52.2014.4.02.5101.

OFÍCIO – AGUARDANDO RESPOSTA: 06 documentos, sendo o mais antigo o de 26/09/2014, sob o nº 0014647-11.2012.4.02.5101.

MS – Ag. RESPOSTA DE OFÍCIO: 00 documento.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – Locais virtuais, posição em 21/07/2016 às 16h02.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Foram verificados os seguintes locais virtuais:

EXPEDIÇÃO – ALVARÁ, com 04 documentos, sendo o mais antigo o de 15/06/2016, sob o nº 0183334-77.2014.4.02.5101.

EXPEDIÇÃO – MANDADOS, com 10 documentos, sendo o mais antigo o de 12/07/2016, sob o nº 0092325-63.2016.4.02.5101.

EXPEDIÇÃO – OFÍCIOS, com 01 documento de 14/07/2016, sob o nº 0074172-79.2016.4.02.5101.

GABINETE – OFÍCIOS EXPEDIDOS (gab): 00 documento.

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais virtuais, posição em 21/07/2016 às 16h02.

**. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA:
(Arts. 189 e seguintes da CNCR)**

Posição em	18/07/2016
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	53
Documento	0
Total Geral	53

Por amostragem, também foram analisados, **eletronicamente**, os seguintes processos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00189047519954025101. Devidamente registrado no Sistema Processual Apolo. Em 16/03/2015 despacho determinando que o feito tramite em segredo de justiça.

00577831519994025101. Devidamente registrado no Sistema Processual Apolo. Em 14/09/2005 despacho determinando que o feito tramite em segredo de justiça.

00245514120014025101. Devidamente registrado no Sistema Processual Apolo. Em 03/10/2014 despacho determinando que o feito tramite em segredo de justiça.

00156175020084025101. Devidamente registrado no Sistema Processual Apolo. Em 09/05/2012 despacho determinando que o feito tramite em segredo de justiça.

00184227320084025101. Devidamente registrado no Sistema Processual Apolo. Em 24/04/2009 despacho determinando que o feito tramite em segredo de justiça.

O processo abaixo relacionado não tem o registro da tramitação em segredo de justiça registrada no Sistema Processual Apolo.

00070286019944025101;

Os processos abaixo relacionados estão devidamente registrados no Sistema Processual Apolo, porém, salvo melhor juízo, não encontramos o despacho que determinasse o referido segredo de justiça:

00048529320034025101; 00093948620054025101; 00203750920074025101; 00162973520084025101.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça, extraída em 18/07/2016 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 29/07/2016.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. PUBLICAÇÕES

(Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	07/2015 a 06/2016
	Processos	6.629
	Boletins	1.524
	Média (Proc. / Bol.)	4,35
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	N/A

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 18/07/2016.

. PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **419** processos com prazo vencido e os mais antigos encontram-se na seguinte situação:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0145343-67.2014.4.02.5101	Embargado	06/04/2016	29/04/2016	81
0011475-57.1995.4.02.5101	Autor	28/11/1996	13/12/1996	7.158
0203671-83.1900.4.02.5101	Réu	27/09/2013	24/10/2013	999
0124465-54.2014.4.02.5101	Ministério Público	09/05/2016	24/05/2016	56
0018807-21.2008.4.02.5101	Perito	12/05/2016	27/06/2016	22
0023818-46.1999.4.02.5101	AGU	16/03/2016	06/05/2016	74
0016017-64.2008.4.02.5101	Procurador da Fazenda	03/06/2016	20/06/2016	29
0011903-77.2011.4.02.5101	Defensoria Pública	21/06/2016	07/07/2016	12
0032830-06.2007.4.02.5101	CEF	04/10/2010	11/10/2010	2.108
0156271-77.2014.4.02.5101	Procuradoria Geral do	10/05/2016	10/06/2016	39



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

	Estado do Rio de Janeiro			
0115238-44.2013.4.02.5101	ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	17/06/2016	29/06/2016	20
0729108-69.1900.4.2.5101	Banco Central do Brasil	09/12/2015	01/02/2016	169
01546271-77.2014.4.02.5101	Procuradoria do Município do Rio de Janeiro	10/05/2016	07/07/2016	12
0145343-67.2014.4.02.5101	Fazenda Nacional	06/04/2016	24/05/2016	56
0019142-35.2011.4.02.5101	TRF 2ª Região	28/09/2015	19/10/2015	274
0104812-02.2015.4.02.5101	CRESS-RJ (CONSELHO REGIONAL SERVIÇO PÚBLICO)	08/06/2016	08/07/2016	11
0148068-92.2015.4.02.5101	PRF – Vara C[iveis (capital) e INPI	09/05/2016	20/05/2016	60

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, extraído em 19/07/2016, vencidos e não devolvidos até 19/07/2016 e consultas ao Apolo, posição até 29/07/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **SUSPENSÃO DE PROCESSOS: CÍVEIS E CRIMINAIS**
(Artigos 267 a 269 da CNCR.)

1. **Número total de processos suspensos (em 18/07/2016): 1.288**
2. **Análises dos processos:**

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

a) **Aguarda decisão de instância superior: 390**

00684442919944025101; 00026850620034025101; 00191416020054025101;
00220133419944025101; 00195368620044025101;
00072382820054025101.

b) **Cumprimento Precatório/RPV: 77**

00101902919954025101; 01625480819004025101; 04412967019004025101;
00490775819904025101;
01529260219004025101; 00196785219884025101.

c) **Embargos à Execução: 306**

00752221019974025101; 00124102420004025101;
00215504820014025101; 00152397520004025101.

Salvo melhor juízo, não observamos o despacho determinando a referida suspensão nos processos abaixo discriminados:
00018471519934025101; 00437093419914025101;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

d) Outras suspensões – processos de conhecimento: 03

00056240819934025101; 00616597519994025101; 00069205020024025101.

e) Outras – fase /processos de execução: 07

00419252219914025101; 00109068020004025101; 00260414519944025101;
00012866820054025101; 00019222019944025101;
00189169419924025101;

Salvo melhor juízo, não observamos o despacho determinando a referida suspensão no processo abaixo discriminado:

07099814819004025101;

f) OUTROS – FASE CONHECIMENTO: 58

0089686920084025101; 00070298320104025101; 00128556120084025101;
00272762220094025101; 00164272520084025101;
00414503120124025101;

g) OUTROS – FASE/PROCESSO EXECUÇÃO: 106

00172154420054025101; 00277775919984025101; 00109186020014025101;
00243556120074025101; 00089908919924025101.

h) PARCELAMENTO: 04

01556651520154025101; 01600717920154025101; 01618056520154025101;
00543480820144025101;

i) RECURSO REPETITIVO (CPC, ART. 543-c - § 2º: 03

00401048519884025101; 00125238920114025101; 00045315820034025101.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

j) REPERCUSSÃO GERAL (CPC, ART. 543-b E § 1º: 316

00254593520004025101; 00156457219954025101; 00115490420014025101;
00197548520024025101; 00197963220054025101;
00159082120064025101.

k) Suspenso – cumprimento precatório: 01

Salvo melhor juízo, não observamos o despacho determinando a referida suspensão no processo abaixo discriminado:

00283833919884025101.

l) Suspenso – aguardando julgamento de recurso: 17

00209606620044025101; 00226527619994025101; 00212825220054025101;
00131528319994025101; 07354413719004025101;
00137093120034025101.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 18/07/2016 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 29/07/2016.**

➔ **SENTENÇAS**

(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 1009

a. Com resolução de mérito:

- i. Concedida a segurança: 15
- ii. Concedida, em parte, a segurança: 04
- iii. Concedida em parte: 02
- iv. Declarada a decadência ou prescrição: 02



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- v. Denegada a segurança: 13
 - vi. Embargos de declaração acolhidos: 02
 - vii. Embargos de declaração acolhidos, em parte: 01
 - viii. Embargos de declaração não acolhidos: 08
 - ix. Extinta a execução ou o cumprimento da sentença: 58
 - x. Extinta a punibilidade por pagamento integral do débito: 02
 - xi. Homologação ou transação: 10
 - xii. Julgado improcedente o pedido: 54
 - xiii. Julgado procedente, em parte, o pedido: 31
 - xiv. Julgado procedente o pedido: 51
 - xv. Julgado procedente o pedido – reconhecimento pelo réu: 01
-
- b. Convertida em diligência: 15
 - c. Convertido o julgamento em diligência: 03
 - d. De expediente: 01
 - e. Embargos de declaração acolhidos: 10
 - f. Embargos de declaração acolhidos, em parte: 03
 - g. Embargos de declaração não conhecidos: 01
 - h. Embargos de declaração rejeitados: 20
 - i. Embargos de declaração: 01
 - j. Não concedida a liminar: 01
-
- k. Resolução de mérito:
 - i. Conciliação/transação homologada
 - ii. Extinção da execução: 58
 - iii. Pedido improcedente: 82
 - iv. Pedido improcedente – dispensada a citação: 02
 - v. Pedido procedente: 35
 - vi. Pedido procedente, em parte: 26
 - vii. Reconhecida prescrição / decadência: 07
 - viii. Reconhecimento da procedência do pedido pelo réu: 02
 - ix. Renúncia ao direito em que se funda a ação: 03
 - x. Procedente com tutela deferida: 19



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- xi. Procedente com tutela deferida parcialmente: 01
 - xii. Procedente em parte com tutela deferida: 08
 - xiii. Procedente, em parte, com tutela deferida parcialmente: 02
- I. Sem resolução de mérito: 208
- i. Desistência da ação: 09
 - ii. Extinto o processo por abandono da causa pelo autor: 01
 - iii. Extinto o processo por ausência das condições da ação: 04
 - iv. Extinto o processo por ausência de pressupostos processuais: 01
 - v. Extinto o processo por desistência: 07
 - vi. Indeferida a petição inicial: 02

a. Vazias: 213

➔ REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Observa-se que o juízo correicionado classifica adequadamente as sentenças, inclusive com inserção dos dados no sistema Apolo, de acordo com as determinações da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento nº 11/2011).

Com relação à classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento nº 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:
0021751-20.2013.4.02.5101; 0031612-30.2013.4.02.5101;
0031370-71.2013.4.02.5101; 0029364-04.2007.4.02.5101;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0807854-57.2011.4.02.5101; 0041720-70.2010.4.02.5151;
0150075-91.2014.4.02.5101; 0007974-70.2010.4.02.5101;
0013195-92.2014.4.02.5101; 0012630-65.2013.4.02.5101.

2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:
0538137-30.1900.4.02.5101; 0538137-30.1900.4.02.5101;
0519992-23.1900.4.02.5101; 0113630-74.2014.4.02.5101;
0157703-34.2014.4.02.5101; 0154899-59.2015.4.02.5101;
0045788-49.1992.4.02.5101; 0109783-98.2013.4.02.5101;
0106132-24.2014.4.02.5101; 0102585-69.1997.4.02.5101.

3. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

Foram corretamente classificadas as seguintes sentenças:
0088443-74.2015.4.02.5151; 0075350-97.2015.4.02.5101;
0076311-04.2016.4.02.5101; 0077584-52.2015.4.02.5101;
0114615-09.2015.4.02.5101; 0142322-20.2013.4.02.5101;
0137293-52.2014.4.02.5101; 0138830-20.2013.4.02.5101;
0506626-81.2015.4.02.5101; 0506626-81.2015.4.02.5101.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 17/07/2016 e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, **posição até 27/07/2016.**

➔ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição:

“Os demais feitos, visto que estamos buscando a redução do acervo (Meta 1), são julgados em razão da antiguidade e da matéria.”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

Segundo o questionário pré-correição:

“Os processos são alocados na conclusão no gabinete, por assunto, respeitando o já informado.”

Fonte: Questionário pré-correição, itens 3.3.2 a 3.3.4.

➔ EXECUÇÃO
(art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Informada	558	558
		Não Informada	210	210
	Registro Sentença Antiga	Informada	09	09
	Total		777	777

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 18/07/2016.

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (de 01/07/2015 a 30/06/2016):
(Art. 217, II, da CNCR)

- a. Físicos: 262
- b. Eletrônicos: 69
- c. Total de requisições: 331
- d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 1.594 dias.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- **RPV's:**
 - . Cadastrados: 277
 - . Enviados: 235

- **Precatórios (Parcela única):**
 - . Cadastrados: 54
 - . Enviados: 53

- **Precatórios Parcelados: 00**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 19/07/2016.

➔ **GRANDES DÉBITOS**
(Arts. 272 e 273 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição de 2016, não se aplica à Vara, ora correicionada.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, d).

➔ **PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD**
(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)

De acordo com o questionário pré-correição de 2016

“O Sistema disponibiliza relatórios para os administradores. Aos usuários, somente é viável a consulta mensal, não sendo possível emitir relatório referente a todo o período correicionado.”

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **LEILÕES**

(Arts. 270 A 290 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição de 2016, não se aplica à Vara, ora correicionada.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).

→ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**

(Artigos 356 a 358 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição de 2016, não se aplica à Vara, ora correicionada.

Total de bens penhorados: 00

De acordo com o mapa de bens penhorados, extraído em 28/07/2016, não foi encontrado nenhum item com os dados informados.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 28/07/2016.

→ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**

(Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; Manual de Bens Apreendidos, de 2011; Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005 e arts. 242 a 247 da CNCR) .

De acordo com o questionário pré-correição de 2016, não se aplica à Vara, ora correicionada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(Art. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição de 2016:

“Os documentos são arquivados em pastas alocadas na secretaria e gabinete, conforme o caso.

Autos Remetidos ao Contador

Entrega Autos à SEDIC

Estagiários

Autos Recebidos do Contador

Petições Recebidos do Protocolo

Controle de Material

Entrega de Autos MPF

Entrega de Autos PFN

Entrega Autos AGU

Entrega de Autos PRF

Tombo

Alvarás Cancelados (pasta eletrônica)

Portarias

Curadores

Certidões

Ofícios recebidos

Ofícios enviados

Material Recebido

Processos Remetidos TRF

Autos Entregues a Outras Varas

Processos Recebidos de Outras Varas

Processos Recebidos do Arquivo Geral

Pedidos de Desarquivamento

Relatórios de Inspeção (pasta eletrônica)

Correios

Contadoria

Plantões (pasta eletrônica)

Patrimônio

Estagiários

Correições (pasta eletrônica)”



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Questionário pré-correição, item 5 e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2016/06203).

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o Questionário pré-correição de 2016:

“As instalações da vara são satisfatórias.”

Fonte: Questionário pré-correição (Ofício nº JFRJ-OFI-2016/06203).

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição de 2016, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

“Três meses: Verificamos, por meio da autoinspeção, que existem ajustes a serem realizados, visando o cumprimento de metas, especialmente a Meta2.

Seis meses: Esperamos ao longo de seis meses, reduzir o tempo de tramitação dos feitos em fase de conhecimento.

Um ano: Buscaremos para alcançar a redução no tempo de tramitação dos feitos, minimizando os intervalos entre as conclusões, tudo, em cumprimento as metas estabelecidas pelo CNJ.”

Fonte: Questionário pré-correição, item 6.2.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ **ENCERRAMENTO**

RELATÓRIO ELABORADO POR:
Carlos Cesar de Sousa Diniz, Mat. n.º 10.604
José Vicente Benevenuti, Mat. n.º 15.035